

As dispensações da Bíblia

Quais são as dispensações que Deus nos concedeu? Estamos sob a dispensação da graça?

Por Alberto R. Timm

Muita especulação tem havido sobre o número e a natureza das dispensações ou sistemas de relacionamento entre Deus e a raça humana. A grande maioria dos “dispensacionalistas” contemporâneos alega (1) que a história bíblica está dividida em sete dispensações distintas; (2) que Deus possui ainda hoje propósitos salvíficos diferentes para Israel e para a Igreja; e (3) que vivemos hoje sob a “dispensação da graça”, enquanto os israelitas estiveram, do Sinai à morte de Cristo, sob a “dispensação da lei”.

Por mais atrativos que os diagramas dispensacionalistas possam parecer, eles carecem de fundamentação bíblica. A divisão da história da salvação em sete dispensações distintas, como proposta pelos dispensacionalistas, não deriva de uma exegese acurada dos textos bíblicos onde aparecem os termos gregos *oikonomia* (traduzido como “dispensação” em Ef 1:10; 3:2 e 9; Cl 1:25) ou *aión* (traduzido como “era[s]” em Lc 20:35; Jd 25), e nem sempre é sugerida pelo consenso geral das Escrituras. Tal divisão não passa, portanto, de um esquema artificial, arbitrariamente imposto às Escrituras, que acaba retalhando a unidade tipológica da Palavra de Deus.

A própria Bíblia divide a história humana em duas grandes dispensações, interligadas através de um relacionamento tipológico. A primeira delas é a dispensação do Antigo Testamento, que se estendeu da queda do homem à morte de Cristo; e a segunda é a presente dispensação do Novo Testamento, que iniciou com a morte de Cristo e prossegue até a Sua segunda vinda. A epístola aos Hebreus define o relacionamento tipológico existente entre ambas as dispensações ao mencionar que a primeira foi um tipo (“figura” ou “sombra”) da segunda; e que esta, por sua vez, é o *antítipo* (realidade ou concretização) da primeira (ver Hb 7:10).

Já a teoria dispensacionalista de uma permanente distinção entre Israel e a Igreja desconhece completamente o conceito neotestamentário de que em Cristo todas as distinções raciais e étnicas foram desfeitas. Paulo é claro em afirmar que em Cristo “não há distinção entre judeu e grego” (Rm 10:12), e que todos os que estão em Cristo são também “descendentes de Abraão e herdeiros segundo a promessa” (Gl 3:26-29; ver Hb 11:8-16).

Sérias implicações teológicas estão associadas à falsa dicotomia dispensacionalista de que sob a antiga dispensação israelita “da lei” os pecadores eram salvos “pela lei” sem a graça, e que sob a presente dispensação cristã “da graça” as pessoas são salvas “pela graça” sem a lei. Se todos os seres humanos de todas as épocas são igualmente pecadores (Jr 13:23; Rm 3:23; Ef 2:1-3), como foi possível que alguns deles puderam ser salvos pelos seus próprios méritos de obediência à lei? Não teria Deus sido injusto para com as pessoas do Antigo Testamento, ao impor-lhes um plano de salvação legalista, bem mais severo do que o do Novo Testamento?

Uma análise detida do conceito bíblico de salvação revela o fato de que os pecadores foram, sob ambas as dispensações e em todos os tempos, sempre *salvos* pela graça (Sl 6:4; Is 55:1-4; Ef 2:8 e 9), *justificados* pela fé (Gn 15:6; Hb 2:4; Rm 5:1) e *judgados* pelas obras (Dt 28; Mt 5:16-21; 25:31-46; Ap 20:11-13). Isso significa, em primeiro lugar, que o Antigo Testamento não ensina um caminho *legalista* de salvação. É interessante notarmos que, mesmo no concerto do Sinai (ver Êx 19:24), Deus primeiro salvou o Seu povo da escravidão do Egito (Êx 20:1 e 2) para depois proclamar-lhe o Decálogo e exigir a obediência (Êx 20:3-17). Por semelhante modo, o Deuteronômio “não ensina”, de acordo com Gerhard von Rad, “um caminho legalista”, pois nele os *imperativos* da obediência requerida são sempre uma resposta de Israel aos *indicativos* da salvação anteriormente provida pelo Senhor. Além disso, todos os sacrifícios oferecidos sob a antiga dispensação prefiguravam em símbolos a suprema revelação da graça salvífica de Deus na morte de Cristo como “o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1:29).

Por outro lado, a nova dispensação não ensina um caminho *antinomista* (sem lei) de salvação. A falsa teoria de que a graça de transgressão da lei” (1 Jo 3:4) e a lei fosse abolida, então não existiriam mais pecadores e, conseqüentemente, não haveria mais necessidade de salvação. Paulo refuta esta teoria ao afirmar que a fé não anula a lei moral (Rm 3:31; ver Mt 5:17 e 18), pois o problema do pecado não está na lei, que é santa, justa e boa (Rm 7:12), mas no próprio pecador que precisa ser regenerado pela graça de Deus (Rm 3:23). Aqueles que verdadeiramente aceitam o dom gratuito da salvação de Deus em Cristo passam da condenação da lei (Rm 8:1-4) para a conformidade com a lei (Hb 8:8-10).

Fonte: *Sinais dos Tempos*, outubro de 1997, p. 29 (usado com permissão)